

SOS PANDEMIA

Ausência de diretrizes centralizadas gera distorções nas unidades e coloca em risco a **VIDA** de trabalhadores, estudantes e comunidade externa

O Boletim Sintunesp/Adunesp produzido logo após a realização da sessão conjunta temática entre CO, CADE e CEPE, no dia 3/3/2021, que teve como pauta o funcionamento da Universidade em meio à pandemia, fez um alerta que, infelizmente, ganha contornos mais dramáticos agora.

Embora tenha saudado a iniciativa da reitoria em realizar a sessão conjunta como um marco importante na perspectiva de democratização das estruturas de participação na Unesp, o boletim ressaltava o fato de que a autonomia conferida ao Comitê Unesp Covid-19 – composto por importantes profissionais acadêmicos e científicos da instituição – é positiva e desejável. Porém, a conjuntura exige que a reitoria tome a frente na definição e implantação de algumas diretrizes gerais neste momento. Entre elas, está a definição de quais seriam as atividades essenciais nos *campi*, item determinante em todas as fases do plano de retorno presencial da Universidade, que está a cargo de cada direção local, encarregada de decidir as questões a partir de seu “bom senso”.

O boletim deu como exemplo a decisão de remeter às direções locais o poder de acatar ou não a reivindicação de que as mães com filhos em idade escolar e que não tenham alternativas sejam enquadradas nos grupos de risco e dispensadas do eventual retorno presencial. É óbvio que, ao ficar a decisão com cada direção local, teremos situações as mais diversas e, eventualmente, conflitantes na Unesp sobre esse ponto.

Outra questão remetida para a alçada das direções locais é a definição de como os cursos da área de saúde poderão funcionar, inclusive nas fases mais restritivas. Mesmo diante



do agravamento da pandemia e retorno de todo o estado à fase vermelha (com o estabelecimento de uma “fase emergencial”) – São Paulo bateu o recorde desde o início da pandemia, com 679 óbitos no dia 15/3/2021 – o Comitê emitiu comunicado informando que nada mudaria em relação às regras e etapas previstas para a Unesp. Ou seja, fica mantida

a regra de que os cursos de graduação somente podem retomar as atividades presenciais (seguindo os parâmetros de casa fase) quando o respectivo departamento regional de saúde completar 28 dias na fase amarela. Porém, fica mantida a exceção concedida aos cursos da área da saúde, que podem ter atividades práticas e de atendimento ao público em qualquer etapa, desde que respeitados os parâmetros estabelecidos (percentual de alunos, distanciamento, uso de EPIs etc.). O detalhamento de como isso se dará, inclusive com a possibilidade de abarcar todas as séries (formandos, ingressantes, outros anos) continua sob responsabilidade de cada direção local.

O Sintunesp pergunta: **Como garantir que prevaleça o bom senso, sem que estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes sejam expostos a riscos?**

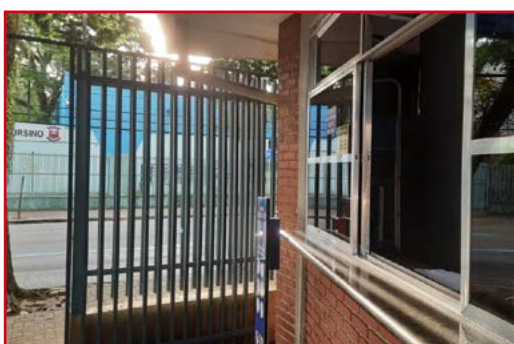
São José dos Campos: Quem será responsável por novos casos e eventuais mortes?

Durante a sessão conjunta CO/CEPE/CADE, de 3/3, a conselheira Beatriz Galvão Nogueira, do CADE, que é da Coordenadoria Política do Sintunesp e servidora no ICT/São José dos Campos, apresentou denúncias sobre possíveis abusos naquele campus, a partir do funcionamento das clínicas e laboratórios sem as condições e protocolos exigidos. Ouvidas as partes envolvidas, o reitor determinou que o Comitê enviasse um representante para verificar a situação no campus.

A representação do Comitê Central Covid-19 realmente esteve no campus em 10/3, mas infelizmente no



Pacientes da Pediatria Noturno, em SJC, aguardando atendimento, às 18h30, com previsão de saída após as 20h, horário limite na fase emergencial (Foto em 12/3/2021)



Portaria no ICT/SJC: Sem proteção adicional aos vigilantes que passam a recepcionar os pacientes (Foto em 15/3/2021)



exato dia em que Beatriz estava participando da reunião do CADE e ausente do campus. Embora solicitadas informações sobre os desdobramentos da visita, até o presente momento elas não foram divulgadas.

Desde então, a situação tem se agravado.

No dia 12/3, a direção do ICT enviou comunicado à comunidade, assinado conjuntamente com o Comitê Covid-19 local, afirmando que será dada continuidade ao “*processo de retorno das atividades presenciais dos alunos dos últimos e primeiros anos do curso de Odontologia*”, em referência aos discentes do 4º ano Integral, 6º Noturno, 1º Integral e 1º Vespertino noturno. Em relação “*ao ingresso dos alunos dos anos intermediários da Odontologia deste campus, a programação de retomada das atividades presenciais ficará pausada temporariamente, enquanto perdurar a fase emergencial do Plano SP, como medida de precaução e segurança, uma vez que o regime de trabalho elaborado para os mesmos envolve esquema de rodízio de turmas, o que exigiria um grande volume de deslocamento intermunicipal dos alunos até nosso Instituto*”.

Um dia antes deste comunicado, embora os servidores técnico-administrativos da unidade não tenham sido informados, a Supervisora e a Substituta de Supervisão da Triagem foram afastadas, provavelmente por suspeita de contaminação de Covid-19. Há a informação de que quatro alunas também se infectaram no mesmo período. Após o afastamento das duas servidoras, foi divulgado que, a partir de 16/3, a recepção e a aferição de temperatura dos pacientes que fazem uso da clínica odontológica da unidade estarão a cargo exclusivamente dos vigilantes, que não contam com nenhuma proteção adicional além de suas máscaras caseiras.

A clínica movimentava cerca de 220 pacientes e seus respectivos acompanhantes por semana. Várias foram as situações em que pacientes ou seus familiares ligaram solicitando que o retorno fosse desmarcado, devido à contaminação de algum deles por Covid-19.

O Sintunesp encaminhou ofício à direção local, relatando os problemas que, aos olhos da entidade, colocam em risco a vida de todos os envolvidos: falta de material de proteção, ausência de rastreamento a partir dos casos detectados, retorno de servidores pertencentes a grupos de risco (comorbidades, mais de 60 anos, com filhos em idade escolar), entre outros. O ofício também aponta como de alto risco, especialmente na fase emergencial/vermelha do Plano SP, que teve início em 15/3, manter as aulas presenciais para estudantes dos anos iniciais e finais do curso, que se deslocam de várias regiões e até de outros estados para estudar na Unesp de SJ dos Campos.

Deve-se destacar, ainda, que os funcionários não estão vacinados e que não há indicação para testagem, mesmo para aqueles que tiveram contato trabalhando presencialmente com as pessoas que se encontram afastadas.

Há outras situações preocupantes: Veterinária de Botucatu é uma delas

O Sintunesp teve acesso a um comunicado assinado pela direção da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia, da Unesp de Botucatu, contendo orientações à comunidade frente à decretação da fase emergencial do Plano São Paulo. O documento ressalta, entre outras, que “*as atividades que não puderem ser realizadas de forma remota sem prejuízo para funcionamento destas, por conta de suas especificidades,*

deverão ser realizadas presencialmente, cumprindo os protocolos de higiene e segurança no local de trabalho”.

Mais adiante, o texto diz: “*Informamos que aqueles servidores que se encontram em teletrabalho, por conta de comorbidades e outras situações, continuam amparados pela legislação e, portanto, devem permanecer nesta modalidade, salvo quando sua presença for requisitada pelo superior imediato. Essas situações específicas poderão ser consultadas junto à Diretoria Técnica Administrativas para maiores esclarecimentos.*”

Como assim??

Um servidor que está atuando em teletrabalho por ter comorbidades **NÃO** pode ser convocado ao trabalho presencial em hipótese alguma. Caso ele seja contaminado e venha a falecer, de quem será a responsabilidade? Do superior imediato, da direção local, da reitoria da Unesp?

Sintunesp reivindica diretrizes firmes à reitoria

Frente à conjuntura dramática que estamos vivendo, com o país à deriva em termos de políticas centralizadas de combate à pandemia e com cerca de 280 mil mortos, é preciso que a reitoria da Unesp adote uma postura diferente.

Em momentos passados, ainda durante a gestão anterior, o Sindicato chegou a ajuizar ação contra uma direção local, por pressão contra servidores para a volta presencial a partir de definições duvidosas sobre o que seja “atividade essencial”. No entanto, a entidade sindical considera que esse caminho nunca deve substituir o diálogo entre as partes, como espera que ocorra na nova gestão.

O Sintunesp saúda as iniciativas tomadas até o momento (ampliação e autonomia ao Comitê Unesp Covid-19, realização de debates abertos nos colegiados, participação em campanhas nacionais de cobrança da vacina para todos, entre outras), mas é preciso ir além. É preciso estabelecer diretrizes gerais para o funcionamento da Unesp como um todo. Principalmente nesse momento crítico, é imprescindível conferir consistência à concepção de que somos uma única universidade, e não uma federação de unidades universitárias isoladas, e que essa discussão deve ser objeto de novas reuniões conjuntas CO/CEPE/CADE.

Entre outras propostas de diretrizes centralizadas, já apresentadas por Sintunesp e Adunesp, destacamos as seguintes de caráter emergencial:

- ➡ Proibição de que servidores docentes e técnico-administrativos maiores de 60 anos, portadores de comorbidades e mães com crianças em idade escolar exerçam quaisquer atividades presenciais;
- ➡ Extensão aos trabalhadores terceirizados de todas as medidas sanitárias em curso na Unesp;
- ➡ Explicitação de quais são atividades mínimas necessárias para o funcionamento da Universidade;
- ➡ Exigência de registro da movimentação nos *campi* em atividades presenciais, para efeito de rastreabilidade;
- ➡ Que todos os servidores e estudantes que exercem suas atividades da área da saúde sejam vacinados e submetidos a testagem periódica, inclusive como condição para iniciar a retomada das atividades presenciais nas unidades que planejam fazê-lo neste primeiro semestre de 2021;
- ➡ Representação das entidades sindicais e estudantis no Comitê Unesp Covid-19 (central e locais).